

PROFISSÃO DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO EM MINAS GERAIS: EXAMES PARA PROVIMENTO DAS CADEIRAS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1846-1850).¹

Walquíria Miranda Rosa-UEMG/FACISABH

Eixo 3-Culturas e Práticas Escolares

Esta pesquisa teve por objetivo compreender as representações sobre a profissão docente em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Esse século no Brasil se caracterizou como um período no qual a preocupação com a instrução e educação do povo tornava-se uma questão de central importância. Várias foram as iniciativas da elite imperial para organizar a instrução Pública no país. Entre elas a produção de uma legislação específica para o ensino e da necessidade de formar professores. A necessidade de organizar a instrução era considerada a principal estratégia para a construção do Estado Nacional e das formas de garantir a ordem e civilizar o povo.

A institucionalização da formação dos professores ganha centralidade. Nesse momento percebe-se que a elite imperial torna fundamental a idéia de produzir um modelo ideal de professor que se pretendia para a instrução pública. São produzidas representações sobre aqueles que se tornassem professores ou que desejassem continuar no magistério primário.

A criação de uma Escola Normal teve um papel importante nesse movimento de produção da Instrução pública como fundamental para a nação brasileira. Os discursos circulantes na elite mineira a produziram como a única instituição capaz de formar de forma eficaz os futuros professores. Aqueles que já atuavam no ensino primário foram considerados incapazes e despreparados. Somente a passagem pela Escola Normal credenciaria os professores a continuarem nessa tarefa.

A partir da produção da necessidade da Escola Normal e da formação institucionalizada dos professores, foram produzidos também elementos que tornariam legítimo o modelo de professor que se queria para atuar na instrução pública. Nesse sentido foram instituídos

¹ Este texto é parte da minha dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, financiada pelo CNPq intitulada "Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)."

exames para a seleção daqueles que desejavam ingressar no magistério, bem como daqueles que desejavam continuar. Esses exames para provimento das cadeiras de instrução pública tinham como objetivo demonstrar os conhecimentos adquiridos durante a frequência na Escola Normal. Os exames se constituíram como uma pauta de preocupações em torno das quais os sujeitos deveriam ser formados e para qual deveriam construir determinadas sensibilidades.

Nesse processo a Escola Normal de Ouro Preto foi se constituindo como esse espaço autorizado de formação dos professores no qual esses deveriam adquirir novas habilidades. Ela funcionou não só como uma agência de formação, mas, sobretudo, como portadora de um sentido em relação à profissão docente, sentido este articulado, sobretudo, pelo discurso da necessidade de formação docente, que já na data de sua criação (1835) circulava intensamente na província mineira. Nessa perspectiva, a Escola Normal, ao mesmo tempo em que é atravessada pela multiplicidade dos discursos em circulação, instaura a condição de possibilidade da formação de estabilização de outros discursos sobre a profissão docente, os quais buscam dar sentido à necessidade da formação daqueles que seriam os futuros professores.

A fundação da Escola Normal de Ouro Preto a partir da Lei n.13 de 1835 tinha como objetivo formar os professores em consonância com as novas metodologias de ensino, que buscavam romper com o chamado método individual, reputado por sua pouca eficiência e acientificidade. A ênfase na formação dada aos professores passa a ser os métodos de ensino. Os professores deveriam frequentar a escola por um período de dois meses para se prepararem nas devidas matérias e nos métodos de ensino.

Já de acordo com a Lei n.311 de 1846, era exigido dos professores, após frequentarem a Escola Normal de Ouro Preto que realizassem um exame perante o Presidente de Província ou Delegados por eles nomeados. Esse exame constava de uma dissertação sobre os métodos de ensino que eram adotados na província mineira até então, e sobre aquele que era ensinado na Escola Normal, além de uma prova que consistia na escrita de um texto na língua portuguesa e na resolução de um problema de aritmética.

Com a adoção do método mútuo no país, as formas de acesso ao cargo de professor passam a ser mais definidas. Aqueles professores que não eram habilitados teriam, que a partir de então, se instruir nas escolas da capital como ordenava o art.5 da lei de 1827. Os professores que ensinariam nas Escolas de ensino mútuo seriam nomeados por concurso, que poderia ser feito perante o Presidente, em Conselho de qualquer Província em que já se achasse estabelecido o referido método, ou na corte perante o Ministro do Império.²

No início da década de 30 dos oitocentos o processo de contratação de professores era feito através da avaliação oral e escrita dos candidatos, na qual assumia centralidade a análise de seus conhecimentos sobre o sistema de ensino mútuo. Assim, aparece na avaliação de um candidato ao cargo de professor: “satisfez a todas as matérias necessárias para reger aula de primeiras letras pelo método de Lancaster”.(IP caixa 12).

Estabelecia-se uma diferenciação na contratação de professores, segundo a qual os que se mostrassem capacitados a desenvolver o método mútuo receberiam salário maior que aqueles selecionados para a ação docente e aprovados no método tradicional, mas considerados despreparados para desenvolver o novo método.

A instrução exigida dos candidatos era o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Nos meados da década de 30, após a Lei n.13, os exames para seleção de professores que ocupariam as cadeiras de primeiras letras passam a ser regulamentados. O artigo 17 da referida lei passa a exigir que os “conhecimentos exigidos nesta lei se provarão por exames públicos, feitos com aprovação perante o governo ou delegados de ensino, a quem elle cometter”.

Aos poucos os critérios de seleção iam se especificando. Se em 1835 a Lei n.13 não determinava um método a ser seguido nas escolas e não se exigia do professor o domínio de um método, em 1846, a Lei n.311 de 08 de abril adota o método simultâneo para a instrução elementar da mocidade mineira.

² Decreto de 05 de outubro de 1833. Ouro Preto, Imprensa de Silva, 1834. V.4, parte 12. P.690-691.

Podemos observar como aos poucos vão se definindo critérios para garantir as formas de acesso e de permanência dos professores de primeiras letras aos cargos públicos. Observa-se, também, que tal processo se dava, sobretudo, a partir da constituição de um espaço próprio para a transmissão de saberes e práticas específicas, ou seja, a Escola Normal, como também através da elevação do número de professores e de uma formação cada vez mais longa.

Os exames aos quais eram submetidos os que aspiravam ao cargo de professor público de primeiras letras concorriam para desautorizar um outro conjunto de práticas, procedimentos e discursos até então considerados como válidos. A formação escolar passa a ser considerada como critério e exigência para o exercício do magistério, embora saibamos que essa formação não garantisse o êxito do ensino, dada a fragilidade das condições da formação oferecida pela Escola Normal.

O processo de avaliação vivenciado pelos professores se dava da seguinte forma: após freqüentar, por um período de dois meses, às aulas da Escola Normal, o diretor responsável por essa escola enviava um atestado de freqüência e de habilitação do referido professor/aluno para o Presidente da Província que, por sua vez, marcava o exame perante os examinadores, por ele nomeados. O exame constava de uma dissertação sobre os métodos de ensino adotados na Escola Normal de Ouro Preto e daqueles até então conhecidos na província mineira. Havia ainda a produção de um texto em português ditado pelo examinador e a resolução de um problema de aritmética a ser resolvido pelo candidato.

Os exames realizados tinham por objetivo explícito avaliar as habilidades adquiridas pelos professores ao longo da formação oferecida na Escola Normal e permitiria àqueles que fossem aprovados, o legítimo ingresso ao magistério. Os exames devem ser vistos como uma pauta de preocupações em torno da qual os sujeitos deveriam ser formados e para a qual deveriam construir sensibilidades específicas.

Já com relação à experiência docente, sabemos através de pequenos relatos que eles faziam, que eram quase sempre professores com grande experiência na prática de ensinar. Tal prática era pautada, na maioria das vezes, no método individual.

Os exames eram realizados com base nas aulas práticas assistidas na Escola Normal de Ouro Preto, mantendo, pois, uma íntima relação com a estrutura do curso, com os temas e com as questões que o mesmo elegia como sendo prioritárias. Esses discursos eram, portanto, integrados com aqueles que a Escola Normal quis atribuir legitimidade e sobre os quais quis assegurar um sensível nível de controle e interferência.

Dessa forma, podemos pensar, aqui, que esses discursos realizados pelos professores não são, em hipótese nenhuma, discursos neutros, pois conforme GONDRA “Não podem ser tomados como originais e isolados, pois integram um projeto de organização de um tipo de saber e suas estratégias e táticas de conquistar legitimidade científica e social, ou seja, poder”.(GONDRA, 2000, p.100)

O discurso presente nos exames constitui-se “em uma resposta para os problemas educacionais”. A escrita dos professores constitui-se, portanto, na base empírica, a partir da qual, procura-se identificar como a realidade educacional foi sendo formulada, projetada, construída, pensada e dada a ler. Isso nos faz compreender que a operação da escrita encontra-se determinada pelos constrangimentos e interesses da profissão docente. CHARTIER (apud GONDRA, 2000, p.100) contribui para o entendimento desta questão na medida em que considera que as percepções:

produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Assim sendo podemos dizer que as “percepções sociais dos sujeitos são representações do mundo construídas com base nos projetos aos quais se filiam”, sendo que, para lidar com elas, é necessário considerar dois aspectos ressaltados por CHARTIER,1990. O primeiro

deles refere-se à inexistência de uma representação contínua e universal de um dado objeto, pois o que ocorre é uma permanente “luta de representações” no sentido de gerar uma “representativa” que então deveria constituir-se na que efetivamente mereceria ser legitimada. O segundo refere-se à necessidade de atentar para as próprias práticas de representar, aos modos de produzir aquele objeto que funciona como passaporte para um outro tempo, outras condições/ou outra cultura; pois, para este autor a compreensão das práticas de representação constitui-se em ferramentas poderosas no ofício de produzir conhecimentos acerca dos objetos representados.

Os exames se constituem como um importante documento e nos permitem conhecer os discursos legitimados na primeira metade do século XIX, no interior da Escola Normal de Ouro Preto. Permitem-nos também perceber o que tais discursos queriam conceber e debater, os que os exames indiciam, bem como os procedimentos recomendados para enfrentar os problemas identificados e constituídos pelos professores no exercício do magistério primário.(GONDRA, 2000)

O trabalho com os exames foi desenvolvido a partir das seguintes etapas: localização; levantamento quantitativo; leitura, análise e sistematização. O códice onde estão os exames e os pareceres foi encontrado no Arquivo Público Mineiro na Seção Provincial. Esse conjunto de exames encontra-se especificamente no Códice 392, denominado: *Originais de Pareceres e mais Atos relativos a Exames de Instrução Pública-1846-1850*.

O códice inicia-se com uma lista de nomes de professores em ordem alfabética somando um total de 154 professores. À frente de cada nome há uma numeração que tem por objetivo indicar o número do parecer onde cada professor foi avaliado pelos examinadores. O Códice consta no total de 74 pareceres, sendo que estes seguem uma ordem anual. Os pareceres, na maioria das vezes, avaliavam mais de um professor. Esporadicamente são encontrados alguns pareceres e exames que avaliam professores de latim e francês.

Pode-se observar que há uma maior quantidade de exames nos anos de 1847, 1848 e 1849. É grande o número de pareceres que avaliam mais de um professor, porém nem sempre os respectivos exames foram encontrados juntos aos pareceres. Alguns exames constam

apenas de problemas de aritmética e textos e esse fato é mais observado no ano de 1850. Naquele ano encontramos somente um exame: os demais documentos encontrados eram textos da língua portuguesa, problemas de aritmética e um maior número de traduções.

Todos os atestados enviados pelos respectivos diretores da Escola Normal entre os anos de 1846 até 1850 mantêm esse modelo de escrita. A leitura dos documentos nos permitem pensar que somente os exames de língua portuguesa e de aritmética eram realizados perante os examinadores. Reforça essa hipótese o fato de que muitos dos textos examinados são exatamente iguais e é avaliado no mesmo parecer, apesar da data de realização do exame ser diferente. Pode-se mesmo suspeitar de que os textos eram escritos em conjunto, ou então eram cópias fiéis das anotações das aulas ministradas pelo diretor da Escola Normal.

Ao analisarmos os exames, optamos por tomá-los de uma forma geral, trabalhando com todos aqueles encontrados no códice 392, uma vez que eles tinham a mesma característica. Para a análise desse material foi realizada a leitura de todos os pareceres, exames, problemas, textos e traduções realizados por professores candidatos às cadeiras de primeiras letras. Essa escolha se deu principalmente devido ao fato de que todos os exames tratavam exatamente do mesmo assunto. Podemos perceber que, ao longo dos anos, as dissertações realizadas pelos professores/alunos iam ficando mais resumidas. No ano de 1847, por exemplo, praticamente todas as dissertações descreviam detalhadamente cada um dos métodos de ensino e, ao final, faziam a defesa do método que era então ensinado na Escola Normal. Essa característica vai estar presente na maioria dos exames até aproximadamente meados do ano de 1848. Desta data em diante, observa-se, nos textos dos professores/alunos, pouca ênfase no detalhamento dos métodos até então utilizados na província mineira e uma maior ênfase no método adotado na Escola Normal, o método misto.

Há, no entanto, uma diversidade na escrita. Alguns professores/alunos são muito sucintos em toda a dissertação, enquanto outros são prolixos ao posicionar-se a favor do método seguido na Escola Normal e ao tecer comentários a respeito da importância da Educação para o bem da nação e da importância da Escola Normal para o bom andamento da

instrução pública mineira. Alguns exames constam de títulos, outros não, alguns têm epígrafes e introdução, outros apenas fazem uma breve apresentação. Mas todos eles fazem referência à lei n.311 de 1846, que determina a realização do exame para ingresso ou permanência no magistério.

A finalidade da lei era, para alguns, garantir a permanência no cargo de professor público primário, enquanto que, para outros, era a de garantir o acesso ao referido cargo. Na maioria das dissertações podemos contabilizar a primeira finalidade: quase todos que freqüentaram a Escola Normal e realizaram o exame já eram professores. Alguns inclusive mostravam-se indignados por terem de freqüentar a escola, uma vez que possuíam uma prática de mais de 40 anos.

Na análise dos exames, podemos perceber que as apropriações que os professores faziam dos métodos de ensino (individual, simultâneo, mútuo e misto) eram muito parecidas. O que percebemos nas descrições dos métodos realizadas pelos professores, são pequenas alterações que dizem respeito muito mais à forma como cada professor escreve do que à estrutura dos métodos em si.

O método misto, então adotado na Escola Normal de Ouro Preto, é referido por todos os professores como aquele que resolveria os problemas da instrução pública primária em Minas Gerais. Esse método era isento dos vícios do método individual por meio do qual os alunos não podiam aprender ao mesmo tempo e em curto prazo. Segundo o professor Ângelo de Araújo Landim, o método misto era “o método mais aperfeiçoado e útil para a instrução primária da juventude”.

A instituição dos exames procurava constituir um certo nível de controle sobre a permanência e o ingresso dos professores na profissão docente e tinha por objetivo construir determinadas sensibilidades e saberes. Entretanto, essa era uma tarefa um pouco difícil. Podemos afirmar, ao analisar os pareceres produzidos pelos examinadores, que havia uma falta de princípios sólidos para avaliar os candidatos. Primeiro, porque o consenso sobre qual o melhor método de ensino estava sendo construído através das experiências práticas realizadas pelos professores no sistema de instrução elementar. Os

métodos relacionavam-se entre si, e a construção do método misto como o ideal dava-se na prática da Escola Normal, mas, na verdade, esse não havia sido ainda praticado pelos professores em ocasiões de aulas. Todo esse processo foi sendo vivenciado de forma muito rápida. Essa construção em relação à idéia de qual era o melhor método é evidenciada quando os pareceristas, ao avaliarem os candidatos, deixavam claro que essa avaliação não era definitiva, pois não havia um compêndio que os orientasse sobre a verdadeira eficácia do método misto. Segundo, porque ao analisar os pareceres podemos indicar que não havia muito rigor na avaliação. Em certas ocasiões a falta de compêndios sobre a teoria em relação aos métodos de ensino era colocada como a justificativa para uma avaliação mais moderada.

Professores são aprovados mesmo não tendo demonstrado nenhum domínio teórico ou prático em relação aos métodos de ensino. Nesses casos há, em alguns pareceres, a justificativa de que o ensino dado na Escola Normal de Ouro Preto não foi satisfatório não havendo, portanto, como cobrar o domínio do referido professor/aluno. Os problemas ortográficos e os erros de cálculos são ainda menos considerados pelos pareceristas. Aqueles professores que, porventura, eram reprovados tinham erros exagerados e eram, na maioria das vezes, professores que se candidatavam a cadeiras de língua latina ou francesa.

Mesmo com toda a fragilidade dos exames, devido ao fato de, ainda naquele momento estarem-se se construindo habilidades e sensibilidades específicas para os professores, tais exames tiveram papel fundamental na construção das representações acerca da profissão docente e do modelo de professor que se pretendia para o sistema de instrução pública que se organizava na primeira metade do século XIX.

Os exames demonstram também como foi ocorrendo a normatização do magistério. Como, ao longo da primeira metade do século XIX, a formação exigida e oferecida aos professores foi colocada como condição essencial para o ingresso no magistério primário. Através da instituição desses exames, procurou-se unificar os conhecimentos adquiridos pelos professores, ampliando assim as habilidades que estes deveriam possuir.

Dessa forma, podemos afirmar que as discussões em torno da formação dos professores contribuíram com algo de fundamental na história da educação brasileira, ou seja, foi importante para a construção daquilo a que estamos chamando de *discurso fundador* a respeito da instrução e, sobretudo, da profissão docente em nosso país. Nessas discussões e, através delas, produz-se e estabiliza-se um discurso sobre a (in) competência e desinteresse dos mestres, sobre a responsabilidade dos mesmos quanto ao fracasso da escola e, por fim, sobre o lugar e função formadora das escolas normais.

Ao mesmo tempo, foi no interior das escolas normais que se difundiram e irradiaram os conhecimentos relativos aos métodos de ensino capazes de ordenar o espaço escolar, bem como dos saberes a serem transmitidos no interior da escola. Apesar dos seguidos fechamentos e de todas as críticas que foram feitas em relação à eficácia da Escola Normal de Ouro Preto, não podemos negar que essa instituição teve uma grande importância na formação dos professores e pode ser considerada como uma das mais consistentes ações dos dirigentes mineiros para organizar a instrução pública elementar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GONDRA, José G. *Artes de civilizar. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, USP/FE, 2000.
- MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Originais e mais Pareceres e atos de exames de Instrução Pública (1846-1850)*. SP.392.APM.
- ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 2001.